

# ADAPTAÇÕES CURRICULARES E A QUESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

*Data de submissão: 07/04/2024*

*Data de aceite: 03/06/2024*

**Camila Brady Passos Busgaib**

Universidade Estadual do Ceará

Fortaleza-Ceará

<http://lattes.cnpq.br/7987533112127352>

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão. Adaptações curriculares. Questão social.

### CURRICULAR ADAPTATIONS AND SOCIAL QUESTION IN MUNICIPAL SCHOOLS

**RESUMO:** O presente trabalho é fruto de estudos e debates no Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social MASS/UECE - Universidade Estadual do Ceará. Nesse sentido entendemos que a inclusão de estudantes com deficiência nas Escolas Municipais, não é só uma questão da Secretaria Municipal de Educação, mas perpassa também por uma questão social, onde entendemos que todo sujeito, professor ou estudante, é um ser social de direito, e que cada um, com seu papel bem definido dentro da escola, tem responsabilidade pela inclusão na luta anticapacitista, e pela escolarização de todo estudante que precisa ser desenvolvida na interação com seus pares em uma escola verdadeiramente acolhedora em estrutura física, materiais pedagógicos, tecnologias assistivas e adaptações curriculares. Para além de materiais e estruturas, um acolhimento humano, sensível e sem preconceito.

**ABSTRACT:** This work is the result of studies and debates in the Academic Master's Degree in Social Service, Work and Social Question MASS/UECE - State University of Ceará. In this sense, we understand that the inclusion of students with disabilities in Municipal Schools is't only a matter for the Municipal Department of Education, but also permeates a social question, where we understand that every subject, teacher or student, is a social being with rights, and that each one, with their well-defined role within the school, has responsibility for inclusion in the anti-capacity struggle, and for the schooling of every student that needs to be developed in interaction with their peers in a truly welcoming school in terms of physical structure, teaching materials, technologies assistance and curricular adaptations. In addition to materials and structures, a human, sensitive and unprejudiced welcome.

**KEYWORDS:** Inclusion. Curricular adaptations. Social question

## INTRODUÇÃO

A questão social manifesta-se dentro das escolas de várias maneiras, onde podemos citar a inclusão, como também, a pobreza, precarização do trabalho docente, e a violência nas comunidades onde as escolas estão inseridas.

Neste trabalho iremos nos deter a inclusão através das adaptações curriculares, estratégias de acessibilidade que colaboram com a inclusão e participação nas atividades escolares dos discentes com deficiências nas escolas Públicas Municipais, onde famílias lutam todos os dias pela escolarização e o espaço de direito dos seus filhos no ambiente escolar.

A garantia dos estudantes com deficiência ingressarem nas escolas regulares, e serem incluídos em todas as atividades, está pautada na Lei Brasileira de Inclusão nº13.146 de 2015, onde nos chama a responsabilidade enquanto professores, gestores e toda a sociedade, de estarmos eticamente comprometidos à prática da inclusão, proporcionando um ambiente escolar que oferte a aprendizagem sem distinção.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL/LEI nº 13.146, art 27, 2015).

Entendemos a importância social e educativa da convivência com as diferenças dentro das escolas, o respeito ao ser humano, independente da sua condição física, intelectual ou cognitiva, portanto todos são sujeitos de direitos. “Sabemos que a defesa dos direitos de todas as pessoas, sem nenhuma discriminação, só é possível em regimes que respeitem o ser humano na sua integridade dignidade e na sua condição de sujeito de direito.”(SILVA, 2015, p. 7). Mas podemos nos perguntar: como receber os estudantes com deficiências sem mudanças estruturais, como também sem mudanças no pensamento da comunidade escolar?

A inclusão, não começa apenas na mudança da estrutura física da escola, começa nas atitudes das pessoas, quando compreendemos que o diferente não é errado ou anormal, pois somos essencialmente diferentes, quando entendemos a importância do professor ao lidar com as diferenças em sala de aula para a inclusão e acessibilidade dos nossos estudantes. “[...] os seres humanos são diferentes; e que suas diferenças são parte de sua humanidade”(SILVIA, COSTA 2015, p.11).

O professor precisa ter uma avaliação crítica em relação às suas estratégias pedagógicas na relação ensino/aprendizagem, ao fazer as seguintes perguntas: como

intervir na realidade e transformá-la? Como ensinar e como se fazer compreendido por tantos indivíduos, cada um com suas diferenças e potencialidades dentro de uma sala de aula?

Todo professor, precisa do conhecimento técnico para ensinar de acordo com as necessidades da reprodução capitalista, porém para muito além de como fazer, é necessário ter um pensamento crítico para mediar de acordo com a realidade da sala de aula, uma intervenção diretamente ligada com a investigação da realidade, conhecer o estudante, entender a totalidade e não apenas enxergar a deficiência, portanto é de fundamental importância conhecer as necessidades específicas dos estudantes para o seu acesso à escolarização e participação das atividades em sala de aula.

## **METODOLOGIA**

Como método de estudo para este resumo, utilizamos a leitura de alguns textos para o trabalho final do mestrado acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, com o uso de fichamentos, sínteses e resenhas.

Quanto à natureza da pesquisa, optamos por estudar o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”(MINAYO 2001, p. 22) em uma pesquisa qualitativa. Analisando o comportamento humano diante da inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Garantir a matrícula dos estudantes com deficiências nas escolas Municipais não é sinônimo de inclusão, para além da matrícula, se faz necessário mudanças e estratégias, como também a capacidade de enxergar o outro como sujeito de direitos.

Compreendemos que mudanças e/ou adaptações são necessárias para a inclusão e participação dos estudantes com deficiências nas escolas públicas Municipais, porém o conhecimento técnico do professor não está sozinho no processo de inclusão, a sensibilidade em enxergar o estudante com suas potencialidades e necessidades se faz necessário, para que o estudante com deficiência tenha acesso ao mesmo currículo dos demais alunos de sua turma, sensibilidade essa que deve trazer consigo, recursos, estratégias e metodologias para acolher e incluir a todos sem distinção.

Entendemos como adaptações curriculares, medidas necessárias para receber e incluir estudantes com deficiência nas escolas. Administração pública, gestão escolar e professores fazem parte do movimento das adaptações curriculares, na busca por um sistema educacional inclusivo e uma escola acolhedora, considerando as características e necessidades de cada um.

As Adaptações Curriculares estão divididas em Adaptações de Grande Porte ou Adaptações Significativas<sup>1</sup> e Adaptações Curriculares de Pequeno Porte ou Não Significativas.<sup>2</sup>

## **Adaptações curriculares de grande porte**

As Adaptações Curriculares de Grande Porte podem ser entendidas como estratégias de acessibilidade e autonomia para estudantes com deficiência a nível político - administrativo superiores, medidas que não estão ao alcance dos professores.

[...] Adaptações Curriculares de Grande Porte, ou seja, daqueles ajustes cuja implantação depende de decisões e de ações técnico - político - administrativas, que extrapolam a área de ação específica do professor, e que são da competência formal de órgãos superiores da Administração Educacional Pública (BRASIL,2000, p. 10)

Para a implantação das adaptações curriculares de Grande Porte, precisamos da ação da gestão escolar em acionar as políticas públicas necessárias para que os estudantes com deficiência, tenham um melhor aproveitamento e garanta sua permanência e frequência na escola, trazendo acessibilidade e autonomia.

Podemos citar como exemplo de adaptações curriculares de grande porte as alterações na estrutura física da escola, como instalação de corrimão e banheiros acessíveis, como também a contratação do profissional de apoio escolar, que acompanha o estudante com deficiência, na promoção da autonomia em suas necessidades básicas como alimentação, higiene, comunicação e locomoção, garantidos pela Lei Brasileira De Inclusão, que apresenta o “Profissional de apoio escolar, como pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência em instituições públicas ou privadas” (BRASIL/LEI nº 13.146, art 3º, 2015). Essa contratação depende do âmbito administrativo da Secretaria Municipal de Educação.

Para a realização das adaptações de grande porte na escola é necessário uma avaliação criteriosa. Essa avaliação precisa ser feita de acordo com os estudantes matriculados: o aluno necessita de profissional de apoio? Intérprete de Libras? Existem rampas e banheiros acessíveis? É necessário tecnologias assistivas? Respondendo a tais questões, evita-se adaptações desnecessárias.

---

1 No documento original PCN - Adaptações Curriculares (1999) são chamadas Adaptações Curriculares Significativas, mantendo-se a denominação utilizada na Espanha. Para o nosso trabalho vamos utilizar o termo Adaptações Curriculares de Grande Porte por melhor descrever o que se pretende.

2 No documento original PCN - Adaptações Curriculares (1999) denominadas Adaptações Curriculares Não Significativas pela manutenção da denominação utilizada na Espanha. Considerando que em português refere - se a algo que não significa, optou - se pelo termo Adaptação Curricular de Pequeno Porte.

## Adaptações curriculares de pequeno porte

Podemos definir Adaptações Curriculares de Pequeno Porte como ações que o professor pode realizar com autonomia em sala de aula para favorecer a aprendizagem e a participação de todos os estudantes, incluindo os estudantes com deficiência.

[...] São denominadas de Pequeno Porte (Não Significativas) porque sua implementação encontra - se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusiva do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica. (BRASIL, 2000. p 8)

Nas Adaptações Curriculares de Pequeno Porte, os professores possuem autonomia para fazer modificações necessárias, começando pela elaboração dos planos de ensino, na organização dos espaços em sala de aula, na diversidade metodológica para o ensino e avaliação, como também na flexibilização da temporalidade, na adaptação de materiais de uso comum em sala de aula, utilizando sistemas alternativos de comunicação, eliminando o sentimento de inferioridade ou de capacitismo, proporcionando aos estudantes com deficiência sua participação em sala de aula regular juntamente com seus parceiros coetâneos<sup>3</sup>.

Para exemplificar adaptação de pequeno porte trazemos a mudança das disposições do mobiliário na sala de aula para atender as necessidades de locomoção de um aluno com cegueira ou baixa visão, outro exemplo são as atividades flexibilizadas, elaboradas pelo professor, contribuindo para a participação e o aprendizado do conteúdo por todos os estudantes. Essas adaptações não dependem de ações políticas ou administrativas, o professor possui autonomia para realizar, favorecendo a aprendizagem e a participação de todos os estudantes, incluindo os estudantes com deficiência, já que ninguém aprende da mesma maneira ou trilha os mesmos caminhos..

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que mudanças não acontecem de um dia para o outro, que mudanças físicas na estrutura das escolas, aquisição de equipamentos e formação para professores são de grande responsabilidade e precisa de tempo e planejamento, mas quando traçamos metas realistas, transformamos essas metas em ações, dia após dia, na luta por uma escola acolhedora promovendo ao estudante uma convivência saudável e respeitosa em todos os aspectos.

Com tudo, entendemos que cada professor deve estar sempre atento a seus estudantes, usando de criatividade com formas alternativas de ensino, fazendo diversas avaliações para identificar os ajustes necessários, favorecendo a inclusão e escolarização.

---

<sup>3</sup> Parceiros coetâneos - colegas da mesma faixa etária.

É preciso aqui reforçar que uma escola inclusiva é responsabilidade de todos, precisamos nos enxergar como responsáveis pela escola que queremos ter. Secretaria Municipal de Educação, gestão escolar, professores, servidores, funcionários, estudantes e seus familiares, cada um com seu papel na luta contra o preconceito e o acolhimento das diferenças.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Projeto escola viva - garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - alunos com necessidades educacionais especiais.** Adaptações curriculares de grande porte v.5. Brasília. SEESP/MEC, 2000. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>

BRASIL, **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

BRASIL. **Projeto escola viva - garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - alunos com necessidades educacionais especiais.** Adaptações curriculares de pequeno porte v.6. Brasília. SEESP/MEC, 2000. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>

MINAYO, Cecília. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

ORRÚ, S.E. **O re-inventar da inclusão.** Rio de Janeiro. Editora Vozes, 20

SILVA, Aida.M.M; COSTA, Valdelúcia.A. **Direitos humanos na educação e suas possibilidades inclusivas: perspectivas contemporâneas:** In: SILVA, A.M.M; COSTA, V. A. (Orgs.). **Educação inclusiva e direitos humanos.** 1ª edição, São Paulo. Cortez Editora, 2015. p. 11 - 19